

Relatório Anual de Atividades 2022

01/12/2021 - 30/11/2022

**Corregedoria
Regional Eleitoral
de São Paulo**



Composição

Corregedor Regional Eleitoral: **Des. Silmar Fernandes**
Juíza Assessora da Corregedoria: **Dra. Fernanda Mendes Simões Colombini**

Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-SEC)
Secretário: **André Luiz Pavim**

Gabinete Jurídico do Vice-Presidente e Relator (GABJUR)
Chefe de Gabinete: **Adriana Corrêa de Oliveira**
Assistentes: **Mariana Martins Bittar, Simone Yumi Hasunuma, Fábio Henrique Soares Castro, Marina Melo Lins Storch**

Gabinete da Secretaria da Corregedoria (CRE/GAB)
Chefe de Gabinete: **Priscilla Carmo Lima Rico Madureira**
Assistentes: **Eneida de Souza Nakano, Juliana de Oliveira Martins Olivares**

Coordenadoria de Fiscalização do Cadastro (CRE-COFIC)
Coordenadora: **Maria Silvia Viana Dell´Agnolo Vivan**
Assistente: **Anna Cássia Passarelli**

Seção de Análise e Acompanhamento da Regularização de Situação Eleitoral (SeRSE)
Titular: **Luciana Luiz Socorro Valdívia**

Seção de Direitos Políticos (SeDIPo)
Titular: **Renato Monteiro Olinó**



Composição

Coordenadoria de Assuntos Judiciários (CRE-COAJU)

Coordenadora: **Fabiana Reis Pacheco**

Assistente: **Geraldo Oliveira Reis Rabello Sampaio**

Seção de Feitos Cíveis e Administrativos (SEFAC)

Titular: **Éllen Cristina Precipito Garcia**

Seção de Inspeções e Correições (SeIC)

Titular: **Lúcia Muniz Aslan Ribeiro**

Seção de Dados e Suporte aos Sistemas Processuais das Zonas Eleitorais (SeDS)

Titular: **Betânia de Oliveira Pires**

Coordenadoria de Supervisão e Orientação das Zonas Eleitorais (COORI)

Coordenadora: **Tatiana Marcelo**

Assistente: **Mayra Regina Correa Azzolini**

Seção de Atendimento às Zonas (SeAZE)

Titular: **Jôsy Karine Soares da Cruz**

Seção de Diretrizes e Instruções Cartorárias (SeDIC)

Titular: **Andreza Paulatti Acuio**



Informações Institucionais

Quantidade de servidores efetivos: **60**

Vínculo administrativo: **1**

Horário de funcionamento: **12:00 às 19:00h**

Horário de atendimento: **12:00 às 19:00h**

Principais Atividades

- Supervisão do atendimento
- Atuação no cadastro eleitoral
- Estatísticas processuais de 1º grau
- Suporte e atendimento às zonas eleitorais e ao público externo
- Ações de capacitação das zonas eleitorais
- Inspeções e autoinspeções

1 - Supervisão do Atendimento

Atendimento Remoto e Presencial

O atendimento remoto e presencial dos eleitores e eleitoras para realização de alistamento, revisão e transferência da inscrição eleitoral foi acompanhado e supervisionado em observância à Resolução TSE nº 23.659/2021 e Resolução TSE nº 23.666/2021.

Sistema Agendamento

Foram realizadas autorizações periódicas no Sistema Agendamento para atendimento presencial, possibilitando assim que as zonas eleitorais configurassem as datas e horários disponibilizados para o público externo.

Nesse sentido, foi realizado acompanhamento a fim de verificar se todas as zonas eleitorais procederam à habilitação de suas agendas e consignaram os horários de atendimento corretamente, inclusive para as datas em que foram realizados plantões de atendimento.

Balcão Virtual

Procedeu-se ao acompanhamento dos atendimentos realizados pelas zonas eleitorais no Balcão Virtual, instituído e regulamentado pelo Provimento Conjunto Presidência e Corregedoria nº 01/2021, destinado ao atendimento tele presencial de advogados, partes e interessados, relativo a demandas sobre processos físicos ou eletrônicos em tramitação nos Cartórios Eleitorais do Estado.

2 - Atuação no Cadastro Eleitoral

Acompanhamento das Operações de RAE

Durante o ano foi realizado o acompanhamento das operações de Requerimento de Alistamento Eleitoral - RAE realizadas pelos cartórios eleitorais, quanto ao processamento regular dos requerimentos, supervisão do efetivo tratamento de RAE em diligência, bem como administração do Banco de Erros.

Título Net

No decorrer do ano, a recepção e o tratamento adequado dos requerimentos recebidos por meio do aplicativo Título Net foram monitorados.

A partir de abril a verificação foi intensificada, a fim de detectar a quantidade de casos pendentes de tratamento pelas serventias cartorárias, com o propósito de subsidiar o projeto de força-tarefa de auxílio nos atendimentos e garantir a celeridade da prestação do serviço eleitoral, no período de final de alistamento.

No último dia para o alistamento eleitoral, 5 de maio de 2022, o Estado de São Paulo registrou **574.503** requerimentos pelo Título Net.

Coincidências Biográficas

Com o advento da Resolução TSE nº 23.659/2021, que possibilitou o alistamento das pessoas com os direitos políticos suspensos, houve um acréscimo exponencial do número de Coincidências a serem tratadas por esta Corregedoria. Assim, em fevereiro/2022, o Corregedor Regional Eleitoral dispensou a autuação de processos de Duplicidade e determinou o controle desses registros em planilha específica, de modo a permitir posterior auditoria.

No período de fevereiro a novembro/2022 foram tratadas **7.820** Coincidências.

Justificativas Eleitorais

A recepção e o regular tratamento dos requerimentos de justificativa recebidos por meio do Sistema Justifica foram fiscalizados durante este ano.

Desta forma, em janeiro de 2022, o estado de São Paulo possuía 442 pedidos abertos, 32 recebidos e 2 em diligência nas zonas eleitorais.

Em 07 de dezembro de 2022, o Estado de São Paulo possui **44.297** requerimentos abertos, **14.715** recebidos e **2.165** em diligência.

Fiscalização do lançamento de ASEs

Foi realizado o acompanhamento constante dos reflexos de lançamento dos ASEs no Cadastro, bem como a abertura de chamado e tratamento de eventuais inconsistências detectadas do processamento.

Nos anos de 2021 e de 2022 a atividade foi ainda mais exigida em razão das medidas de contingência tomadas devido à pandemia, assim como para a realização das orientações sobre as consequências práticas da publicação da Resolução TSE nº 23.637/2021 que suspendeu temporariamente os efeitos da ausência às urnas no pleito de 2020.

Auditoria no Sistema CODIPEL

A auditoria no tratamento das comunicações de óbito recebidas pelo Sistema Codipel é realizada mensalmente por meio de relatórios gerados pelo sistema, que se destinam ao acompanhamento da recepção e processamento dos óbitos.

O procedimento permite averiguar as comunicações sem andamento, descartadas indevidamente e concluídas sem lançamento de ASE 019, possibilitando a atuação direta nos cartórios responsáveis, visando não somente a correção das falhas, como também a orientação dos usuários no correto uso da ferramenta.

No ano de 2022 temos os seguintes números de comunicação de óbitos, com recebimento e encaminhamento automáticos pelo sistema:

Enviadas diretamente à zona eleitoral:

319.762

Enviadas a outros estados:

12.646

Enviadas diretamente à Corregedoria:

13.422

3 - Estatísticas Processuais de 1º Grau

Realizado durante o ano levantamento de dados estatísticos do 1º grau, por meio dos seguintes relatórios:

Mensal

Metas Nacionais e Produtividade a serem informadas ao CNJ

Semestral

Justiça em Números a serem informadas ao CNJ e Indicadores do TRE/SP a serem contemplados no Planejamento Estratégico deste Regional.

Além dos relatórios estatísticos, foram aprimorados os relatórios disponibilizados no **Sistema PJe Consulta**, para auxiliar os magistrados e as zonas eleitorais no levantamento de dados estatísticos para acompanhamento da situação da unidade e prestar informações para o Dimensionamento da Força de Trabalho.

4 - Suporte às Zonas Eleitorais e ao Público Externo

A Corregedoria promoveu atendimento e suporte aos chefes de cartório e servidores das zonas eleitorais acerca de temas de competência desta unidade.

Assim, foram fornecidas orientações negociais e/ou técnicas mediante atendimento telefônico, consultas encaminhadas pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por e-mail, aplicativos de mensagens eletrônicas e por meio de sistema de abertura de chamados - Citsmart, acerca das rotinas cartorárias, atendimento ao público, cadastro eleitoral, utilização do sistema PJe, entre outros assuntos.

Prestou, ainda, atendimento aos Juízes Eleitorais, Ministério Público Eleitoral, Advocacia Geral da União, Procuradoria da Fazenda Nacional, Polícia Federal, Polícia Civil e advogados sobre a utilização do sistema PJe.

E-mails respondidos:

3.993

Ligações atendidas:

3.579

Chamados no Citsmart:

793

Atendimentos no Slack:

10.161

5 - Ações de Capacitação das Zonas Eleitorais

Esta Corregedoria desenvolveu e disponibilizou cursos e tutoriais para orientação das zonas eleitorais acerca das rotinas cartorárias.

No decorrer do ano de 2022, foram implementadas as seguintes ações de capacitação na modalidade de ensino à distância:

- **Novas regras de atendimento - Res. TSE nº 23.659/2021**
- **Final de alistamento, com webinar**
- **Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia, com webinar**
- **Mesário faltoso**
- **Atendimento ao Eleitor, com webinar**

Cabe salientar que a produção das mencionadas ações envolveu a correção, adaptação, atualização, estudo da legislação pertinente, aprofundamento de conteúdo, elaboração dos exercícios de fixação e atividades lúdicas que compuseram as avaliações de aprendizagem, de acordo com o cronograma proposto para aplicação de cada módulo.

Cursos à distância:

05

Webinários de treinamento:

03

Materiais de Apoio, Capacitações e Treinamentos

No decorrer de 2022, foram atualizados **27 roteiros e fluxogramas** para instrução das zonas eleitorais acerca de temas de competência desta Corregedoria, disponibilizados na Intranet.

Também foram atualizados **05 temas das Normas de Serviço** (Atendimento, Descarte, Inspeções e Correições, Multas e Mesários Faltosos), e disponibilizados os seguintes materiais:

Cartilhas 02	Guias 01
Manuais 16	Tutoriais: 07

6 - Inspeções e Autoinspeções

No ano de 2022 foram realizadas **20 inspeções**, sendo 10 *in loco* e 10 virtuais, distribuídas conforme demonstrado a seguir:

MÊS	DATA	ZONA/MUNICÍPIO	MODALIDADE
FEVEREIRO	15/fev	223ª ZE - Juquiá	Virtual
FEVEREIRO	16/fev	211ª ZE - Indaiatuba	Virtual
ABRIL	05/abr	190ª ZE - Aparecida	In loco
ABRIL	06/abr	62ª ZE - Jacareí	In loco
ABRIL	07/abr	396ª ZE - Jacareí	In loco
MAIO	24/mai	381ª ZE - Parelheiros	Virtual
MAIO	25/mai	29ª ZE - Caçapava	Virtual
MAIO	26/mai	388ª ZE - Carapicuíba	Virtual
JUNHO	07/jun	335ª ZE - Arujá	Virtual
JUNHO	08/jun	272ª ZE - Santos	Virtual
JUNHO	09/jun	382ª ZE - Ribeirão Pires	Virtual
JULHO	05/jul	150ª ZE - Fernandópolis	In loco
JULHO	06/jul	302ª ZE - Fernandópolis	In loco
JULHO	07/jul	11ª ZE - Araçatuba	In loco
JULHO	25/jul	141ª ZE - Taubaté	In loco
JULHO	26/jul	144ª ZE - Ubatuba	In loco
JULHO	27/jul	206ª ZE - Caraguatatuba	In loco
JULHO	28/jul	132ª ZE - São Sebastião	In loco
NOVEMBRO	29/nov	329ª ZE - Diadema	Virtual
NOVEMBRO	30/nov	277ª ZE - Osasco	Virtual

As inspeções contaram com a participação de equipe multidisciplinar, formada por servidores da Corregedoria, da Secretaria de Tecnologia da Informação e da Secretaria de Gestão de Pessoas, o que possibilitou, além do acompanhamento, fiscalização e orientação das rotinas cartorárias, a constatação de questões relacionadas às urnas eletrônicas e a dinâmica dos servidores, que foram devidamente tratadas pelas áreas responsáveis.

Também foram recebidos e analisados diversos procedimentos de autoinspeção, conforme quantitativos abaixo:

Autoinspeção anual
393
Autoinspeção inicial
47

Outras Atividades Relevantes

Participação em Forças-tarefa, Comissões e Grupos de Trabalho

Além das atividades rotineiras e relativas às eleições, os servidores desta Corregedoria foram destacados para auxiliar ações de força-tarefa, grupos de trabalho e comissões, conforme segue.

Forças-tarefa

- Força-tarefa para auxílio aos cartórios no final de alistamento
- Força-tarefa para auxílio aos cartórios eleitorais para a realização das eleições
- Auditoria da Votação Eletrônica - Teste de Integridade das Urnas: Participação de 23 (vinte e três) servidores da Corregedoria para auxiliar nos trabalhos coordenados pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica no TRE/SP
- Força-tarefa para auxiliar a Secretaria Judiciária no processamento dos feitos no 2º Grau de Jurisdição com lotação provisória na Coordenadoria de Processamento da Secretaria Judiciária e Gabinetes

Comissões e Grupos de Trabalho

- Comitê de Crise Cibernética
- Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPD
- Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação e Comunicação - CDTIC
- Comitê Gestor de Estratégia - COGEST
- Comitê de Crise - Covid 19
- Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas
- Grupo de Trabalho Atendimento - Comissão de Estudos sobre Reorganização e Eficiência Operacional do Primeiro Grau
- Grupo de Trabalho Competência - Comissão de Estudos sobre Reorganização e Eficiência Operacional do Primeiro Grau
- Grupo de Trabalho Território - Comissão de Estudos sobre Reorganização e Eficiência Operacional do Primeiro Grau
- Grupo De Trabalho Sistemas para otimização de Processos - Comissão de Estudos sobre Reorganização e Eficiência Operacional do Primeiro Grau
- Grupo de Trabalho das Zonas Eleitorais Criminais Especializadas
- Grupo de Trabalho para tratar da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo
- Grupo de Trabalho DJe - Diário de Justiça Eletrônico
- Grupo de Trabalho Relatório de Gestão
- Grupo de Trabalho da Gestão de Riscos
- Grupo de Trabalho de Análise de Risco de Segurança da Informação
- Grupo de Trabalho Multidisciplinar para implantação do PJe nas zonas eleitorais de São Paulo - 1º grau
- Comissão Gestão do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - LIODS
- Grupos de Pesquisas Judiciárias (GPJ)

- Grupo Gestor da TPU - TSE
- Grupo de Trabalho Pje-Zonas - TSE
- Grupo de Estatística da Justiça Eleitoral - Coordenação
- Grupo de Trabalho de Implantação do ATENA no TSE
- Grupo de Implantação do SEEU - TSE
- Grupo de Trabalho do Programa de Integridade do TRE
- Grupo de Trabalho de Coincidências Biométricas - TSE/CGE
- Grupo de Trabalho do Plano de Transformação Digital do TRE
- Comitê Orçamentário da Política de Priorização do Primeiro Grau
- Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação - 1º Grau
- Comitê Gestor do Portal do TRE/SP na Intranet
- Comissão Permanente do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
- Comissão de Teste de Integridade
- Comissão de Gestão da Informação (CGI)
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos (CPADS) e a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), instituídas pela Resolução TRE/SP nº 484/2019.
- Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão Comissão para atualização do Regimento Interno do TRE/SP
- Comitê Gestor da Estratégia - Plano Integrado de Eleições (PIE 2022)
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CEPAD
- Comissão de Contratação dos certificados digitais para os cartórios eleitorais
- Comissão da Transparência
- Comissão Gestora do Processo de Tratamento das Inconformidades Biométricas TSE
- Grupo de Trabalho para implantação de repositório arquivístico confiável (RDC-Arq)

Além dos supracitados Grupos de Trabalho, servidores desta Corregedoria integraram os seguintes grupos:

Grupo de trabalho para revisão da Resolução TSE nº 23.659/2021

A Corregedoria Paulista participou no Grupo de Trabalho para revisão das normas previstas na Resolução TSE nº 23.659, composto no Colégio de Corregedores, propondo melhorias para esclarecer pontos não elucidados pela redação atual.

Grupo de trabalho para revisão das normas de inspeções

O Grupo de Trabalho para revisão das normas de inspeção foi instituído pela Corregedoria-Geral Eleitoral - CGE, por ocasião do 49º Encontro do Colégio dos Corregedores, realizado em Maceió nos dias 4 e 5 de agosto de 2022, com o objetivo de promover as alterações necessárias nas regras aplicáveis aos procedimentos de inspeção e correição adotados no âmbito da Justiça Eleitoral. O Grupo absorveu, ademais, a tarefa de revisão dos percentuais mínimos de zonas eleitorais a serem inspecionadas anualmente.

Os trabalhos foram desenvolvidos em reuniões virtuais realizadas nos meses de agosto, setembro e outubro de 2022, sob a coordenação da servidora Fabiana Pacheco, Coordenadora de Assuntos Judiciários da Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo, revisando inteiramente o Provimento CGE nº 7/2021, o Roteiro de Inspeção de Ciclo e o Roteiro de Autoinspeção Anual.

Após os trabalhos, as demais Corregedorias Regionais fizeram sugestões, e a proposta final encontra-se atualmente em análise pela CGE.

Sistema Pardal

Para as eleições de 2022, este Tribunal aderiu integralmente à utilização do Sistema Pardal para as denúncias de propaganda eleitoral irregular, ficando a cargo desta Corregedoria sua gestão, no que se incluem as orientações de uso do sistema, elaboração de Manual e fluxograma para os procedimentos e auxílio no tratamento das denúncias, além de expedição de ato normativo consolidado no Provimento CRE/SP nº 4/2022.

Ademais, durante o período eleitoral a CRE fez a triagem e encaminhamento de **1425 denúncias** recebidas no Pardal para o Município de São Paulo.

Sistema OCORREJE

Acompanhamento e registro no sistema OcorreJE, nos dias de eleição (1º turno - 02 de outubro e 2º turno - 30 de outubro), das ocorrências relativas a crimes eleitorais. Disponibilizando, durante todo o dia, suporte aos cartórios eleitorais mediante atendimento telefônico, e-mail e Slack.

Principais Projetos Implementados

Projeto "Preso Provisório"

Em conjunto com a SEPLAN - Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições (SEPLAN), esta Corregedoria coordenou, orientou e acompanhou os trabalhos de alistamento eleitoral e transferência temporária para o voto dos presos provisórios e dos adolescentes internados em Unidades da Fundação Casa, com início em fevereiro de 2022 e término em dezembro de 2022.

Realizou, também, o acompanhamento e a análise das estatísticas preenchidas pelos cartórios eleitorais envolvidos.

Dessa forma, desenvolveu e divulgou as instruções para o cumprimento do projeto, pelas zonas eleitorais, assim como para o preenchimento das estatísticas pertinentes. Realizou testes de configuração e inclusão de dados e quesitos no sistema Unidades Prisionais para captação da pesquisa estatística e prestou orientações, esclarecendo dúvidas dos cartórios eleitorais por telefone, e-mail, Citsmart e WhatsApp Business.

Desse modo, ao todo foram tratados os seguintes requerimentos:

Total de Requerimentos

23.831

Não digitados (regular/suspensão/ASE 230 ou 442)

4.912

Digitados

19.941

Deferidos (dentre os quais 2.631 possuíam registro ativo
na Base de Perda e Suspensão)

19.170

Indeferidos por falta de documentação

771

Projeto "Diretriz 1 - Monitoramento dos Prazos de Conclusão"

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça - CNJ estabeleceu, para o ano de 2022, a Diretriz Estratégica 1, determinando às corregedorias de todos os segmentos de justiça que identificassem e desenvolvessem um plano de trabalho para o controle no cumprimento dos prazos dos atos jurisdicionais.

Em face desta demanda, neste Regional, a Corregedoria elaborou o "Projeto Diretriz 1" para verificação periódica do desempenho das Zonas Eleitorais, observando-se os prazos limites estabelecidos no Provimento CRE/SP nº 2/2022.

Com o intuito de dar cumprimento à referida Diretriz, foi solicitado às Zonas Eleitorais a revisão do acervo processual constante do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, a fim de garantir que apenas os processos efetivamente pendentes de decisão estejam alocados nas tarefas "Minutar Ato" e "Assinar Ato".

Desde abril de 2022, mensalmente, esta Corregedoria envia relação individualizada de processos com excesso de prazo para aquelas unidades jurisdicionais com prazos de conclusão excedidos além dos 100 dias admitidos, e foram instadas a dar andamento aos respectivos processos, no prazo máximo de 30 dias.

O projeto deverá ser mantido para 2023.

Projeto de Migração dos Processos Físicos de 1º Grau para o PJe

Em continuidade a este projeto de 2021, foi realizado o acompanhamento e análise individual das unidades eleitorais, para atendimento do quanto determinado na Portaria TSE nº 247/2020, bem como no cronograma determinado nos Provimentos CRE/SP nº 01/2021 e nº 02/2021, sobre a migração do acervo de processos físicos dos cartórios eleitorais para o PJe - Processo Judicial Eletrônico.

Nesse sentido, os prazos determinados no referido cronograma foram cumpridos e o projeto concluído em março de 2022.

Projeto de Monitoramento e Aprimoramento das Multas Eleitorais

Seu início em meados de 2020 justificou-se pela disponibilização de ferramenta desenvolvida pelo TRE-DF, pelo TSE, que identifica, no ELO, o pagamento das Guias de Recolhimento da União geradas pelo sistema da Justiça Eleitoral, por ocasião do início do atendimento remoto (quarentena), que indica o pagamento das guias relativas a multas eleitorais.

O projeto que teve como escopo inicial a atualização de lançamento das multas pagas no histórico do eleitor e sugestões de melhoria no sistema e se mantém a fim de monitorar a atuação das zonas eleitorais, sem prejuízo de atuação complementar de servidores da Corregedoria para auxílio dos cartórios.

No decorrer de 2022, atualização e melhoria do material instrucional para utilização dos Cartórios Eleitorais para as multas pagas a partir da implementação da rotina de reconhecimento do pagamento pelo ELO.

Além disso, servidores da Corregedoria foram destacados para participar do desenvolvimento de sistema de multas eleitorais, projeto do Tribunal Superior Eleitoral e deste Tribunal por meio de acordo de cooperação técnica, que dentre outras funcionalidades, busca automatizar a baixa das multas eleitorais no sistema ELO, bem como viabilizar o lançamento automáticos dos respectivos ASE (atualização da situação eleitoral) em decorrência da quitação de débitos.

Projeto de Implementação do sistema INFODIP

Com a expedição da Portaria Conjunta TSE/CNJ nº 1, de 11/03/21 que estabeleceu os marcos nacionais para implementação do Infodip, nos termos da Resolução Conjunta TSE/CNJ nº 6/2020, esta Corregedoria estruturou projeto para sua implantação (SEI nº 15488-87.2021) e a partir de sua nacionalização em 25/10/2021, foi disponibilizado o módulo regional em ambiente de produção, com uso restrito para recebimento das comunicações dos demais Tribunais.

No decorrer do ano de 2022, a fim de viabilizar a ambientação dos usuários ao novo sistema e a par da integração com as unidades externas, esta Corregedoria com a colaboração da Seção de Protocolo Administrativo e Expedição-SEPAE registrou no sistema inúmeras comunicações recebidas por email/correios - 16.703, enquanto as recebidas de outros Regionais via sistema somam 13.780, possibilitando a criação de rotina de tratamento pelos usuários e consequente avaliação e correção de falhas de aprendizagem.

Além disso, o uso intensificado do sistema permite a identificação de melhorias para a ferramenta, as quais são prontamente repassadas para os gestores e desenvolvedores a fim de sua melhoria, sem descuidar das sugestões de criação de relatórios gerenciais que viabilizem a atuação desta Corregedoria no monitoramento do tratamento das comunicações e lançamentos efetuados no cadastro nacional

A par dessas atividades, esta Corregedoria, em gestão colaborativa com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vem estudando as melhores possibilidades para a integração dos dados no sistema, tendo para esse ano ainda, a implantação de um projeto piloto com algumas das unidades judiciais e que tende a se expandir durante 2023, a fim de alcançarmos a totalidade das unidades, permitindo mais agilidade e segurança nas anotações de restrições de direitos políticos.

E ainda, já em operação oficial, temos os órgãos da Justiça Militar tanto na esfera estadual, quanto federal.

Desenvolvimento de Algoritmo para Seleção de Zonas a Serem Inspecionadas

Com o intuito de conferir maior objetividade e eficiência na escolha de zonas eleitorais a serem inspecionadas, e dando continuidade ao novo ciclo de inspeções iniciado em 2021, a Corregedoria desenvolveu um algoritmo para mapear a situação dos cartórios e assim estabelecer prioridades àqueles que demandem maior atenção.

O método desenvolvido consistiu na seleção de 8 (oito) critérios objetivos, com a atribuição de pesos para cada um, dando-se maior ênfase ao acervo processual, da seguinte forma:

- 1) Quantidade de dias desde a última inspeção** (até 20 pontos)
- 2) Quantidade de processos parados há mais de 30 dias** (até 40 pontos)
- 3) Quantidade de processos pendentes nas metas 1 e 2 do CNJ** (até 50 pontos)
- 4) Acervo total acumulado no PJe** (até 50 pontos)
- 5) Quantidade de eleitores abrangidos pela ZE** (até -20 pontos)
- 6) Quantidade de servidores do quadro ou requisitados** (01 ponto por servidor)
- 7) Anotações de ocorrências pela CRE** (15 pontos por ocorrência)
- 8) Reclamações ou denúncias na ouvidoria** (02 pontos por registro)

Com os dados obtidos foi possível, para o ano de 2023, elaborar o cronograma de inspeções de forma a direcionar de modo mais efetivo a alocação de recursos financeiros e humanos, buscando, ao final do exercício, contribuir para a melhora substancial dos serviços prestados pelas zonas inspecionadas e, conseqüentemente, pelo TRE-SP.

Presidência do Colégio de Corregedores e realização do 48º Encontro

Em 20 de janeiro de 2022, o Corregedor Regional Eleitoral de São Paulo, Desembargador Silmar Fernandes, foi eleito Presidente do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil.

Neste ano, a Corregedoria planejou e executou, com o apoio da Assessoria de Cerimonial, o 48º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil.

O evento ocorreu nos dias 5 e 6 de maio de 2022, na sede do TRE-SP.

Principais Projetos Programados para 2023

Reformulação da Pesquisa de Satisfação do Atendimento

O projeto tem como escopo o aperfeiçoamento e a modernização da Pesquisa de Satisfação do Atendimento disponibilizada atualmente pelos cartórios e pontos de atendimento da Justiça Eleitoral Paulista.

Visa também melhorar a mensuração do Indicador “Grau de satisfação das clientes e dos clientes - 1º Grau” do Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade” constante do Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2021-2026).

Dessa forma, esta Corregedoria, em conjunto com demais unidades deste regional, estudam propostas para a automatização da pesquisa atual por meio de QRCode e utilização de equipamentos adequados a serem disponibilizados no atendimento.

Treinamento dos cartórios para monitoramento das metas nacionais

Em continuidade e em complementação ao Projeto “Diretriz 1” já implementado, esta Corregedoria planeja a realização de um treinamento EAD aos cartórios eleitorais, assim como a realização de Webinário (SEI nº 0001366-35.2022.6.26.8000).

O escopo do projeto é conscientizar e capacitar os servidores para o melhor entendimento do real significado das metas e indicadores estabelecidos pelo CNJ e do impacto do correto registro de andamentos no PJe.

O conteúdo do curso está sendo desenvolvido com a participação do GPJ - Grupo de Pesquisas Judiciárias e tem previsão de disponibilização no primeiro semestre de 2023.

Painel de Autogerenciamento da Zona Eleitoral - BI

Trata-se de projeto para a implantação no TRE/SP de Painel de Business Intelligence - BI (SEI nº 0048015-58.2022.6.26.8000), sistema já existente e em funcionamento na Corregedoria Regional Eleitoral do Paraná.

A ferramenta centraliza informações de diversos sistemas - judiciários, eleitorais e administrativos, apresenta aferições diárias de várias atividades desenvolvidas pelos cartórios, otimizando o acompanhamento das atividades e oferecendo atalhos dos sistemas, objetivando aprimorar e auxiliar a gestão do trabalho das zonas eleitorais sobre Metas do CNJ, PJe, Pardal, Infodip, Justifica, Multas Eleitorais, Coincidências, Título Net, RAEs em diligência, pendentes de fechamento/envio, coincidências e banco de erros, bem como pelas unidades da Corregedoria responsáveis por monitoramentos, auditorias e inspeções.

Justiça 4.0 - Janus

A proposta de implantação do Programa Justiça 4.0 - Janus no TRE/SP foi apresentada por esta Corregedoria por meio do procedimento SEI nº 0049540-75.2022.6.26.8000 e objetiva a promoção do acesso à Justiça por meio de ações e projetos desenvolvidos para uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial.

Dentre seus programas está a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), com possibilidade de ampliar o grau de automação do processo judicial eletrônico e o uso de Inteligência Artificial, tendo este Tribunal Regional Eleitoral instituído um Grupo de Trabalho para viabilizar a adesão à PDPJ-Br pela Portaria TRE/SP nº 52/2022.

A Resolução CNJ nº 332/2020 instituiu o Sinapses como plataforma nacional de armazenamento, treinamento supervisionado, controle de versionamento, distribuição e auditoria dos modelos de Inteligência Artificial, integrando um dos módulos básicos do PDPJ. Assim, sob auditoria realizada pelo CNJ, por meio da citada ferramenta Sinapses, foi criada a solução de inteligência artificial denominada “Janus”.

O Sistema “Janus” foi desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia em junho de 2021, auxiliando nos processos de prestação de contas e registro de candidatura, utilizando *bots* para executar tarefas repetitivas. A modernização pode diminuir em até 40% as tarefas humanas, eliminando erros processuais em duas etapas.

Atualmente está em produção pelo TRE da Bahia e Piauí, e em fase de implantação no TRE do Rio de Janeiro.

A implantação do sistema no TRE/SP, em especial com relação ao 1º grau, pode ter impacto positivo no cenário que hoje representa 26.923 prestações de contas tramitando nas zonas eleitorais. Deste total, 4.624 encontram-se sobrestadas ou ainda sem julgamento, razão pela qual a adoção do sistema poderá contribuir com este Regional na melhoria das Metas Nacionais do CNJ e no Prêmio CNJ de Qualidade.

Conclusão

A Corregedoria Regional Eleitoral de São Paulo apresenta, assim, o relatório das atividades realizadas no ano de 2022 e das principais ações projetadas para 2023.

Os dados estatísticos relativos a processos judiciais e administrativos, atos normativos e demais atividades seguem em planilha anexa.

Por fim, em cumprimento ao disposto no art. 30, XXX, do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, submete-se o presente relatório à consideração do Egrégio Plenário.

São Paulo, 16 de dezembro de 2022.

SILMAR FERNANDES
Corregedor Regional Eleitoral

2022		Dezembro 2021	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTALIZAÇÃO ANUAL			
DECISÕES	Decisões monocráticas proferidas como Corregedor	87	75	117	126	133	94	147	69	45	49	162	53	1157			
	Decisões monocráticas proferidas como Relator	10	11	14	17	8	12	20	19	236	163	57	19	586			
	Votos proferidos como Relator	32	0	12	18	15	12	30	57	53	70	42	24	365			
	Votos proferidos como Revisor	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	4			
	Declarações de voto	1	0	1	7	0	0	0	0	0	7	3	0	19			
	TOTAL DE DECISÕES:	130	86	145	169	156	118	197	145	334	290	265	96	2131			
ATOS NORMATIVOS	Portaria	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1			
	Provimento	0	1	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	4			
	TOTAL DE ATOS NORMATIVOS:	0	2	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0	5			
PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DA ATIVIDADE CORREGIDORIAL	TRAMITANDO NA CORREGEDORIA													PROCESSOS AUTUADOS	PROCESSOS ARQUIVADOS	Nº de coincidências	
	COM AUTUAÇÃO	Duplicidades e Pluralidades - Número de Processos Autuados	90	91	64	56	56	56	55	55	55	57	53	53	18	53	8063
		Duplicidades e Pluralidades Tratadas Sem Autuação de Processo	0	0	304	861	1827	3606	178	0	0	0	0	1044	0	0	
		Inspeção	2	2	7	9	15	14	11	6	3	1	3	3	20	17	
		Acompanhamento das Rotinas Cartorárias Específicas	0	0	1	1	2	2	2	39	22	16	16	16	56	37	
		Cronograma de Atividades	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	
		Treinamento	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	
	SEM AUTUAÇÃO	Base de Perda e Suspensão Dir. Políticos - Inserções	1365	2409	3770	3731	3.807	4.006	3.579	3437	2.661	2.627	2.661	2017	36070		
		Base de Perda e Suspensão Dir. Políticos - Inativações	774	859	1813	2204	3.637	7.584	1.574	860	549	745	714	2065	23378		
	Pje	Procedimentos de regularização da situação eleitoral	343	394	771	649	400	381	476	167	138	104	218	115	4156		
ÁREA JUDICIÁRIA - CORREGEDORIA	TRAMITANDO NA SEFAC													TRAMITANDO SJ/TSE/SGP/DG	PROCESSOS AUTUADOS	PROCESSOS ARQUIVADOS	
	COM AUTUAÇÃO	Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		Investigação Judicial Eleitoral	0	0	0	0	1	1	1	3	4	11	7	6	1	15	11
		Revisão e Correição do Eleitorado	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		Sindicâncias e Processos Administrativos	2	2	3	2	5	4	5	5	7	7	5	5	0	10	8
		TOTAL COM AUTUAÇÃO:	2	3	4	2	6	5	6	8	11	18	12	11	1	25	20
ÁREA ADMINISTRATIVA	Mandados, Cartas de Ordem e Precatórias expedidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
	Cartas Precatórias Distribuídas	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3			
	Expedientes encaminhados por Ofícios-Circulares	1146	1385	2168	1242	1528	2232	1905	1316	1609	1399	1284	1320	18534			
	Ofícios recebidos (e outros expedientes)	85	75	93	121	75	119	123	105	112	150	125	132	1315			
	Ofícios expedidos	20	68	63	19	89	33	66	29	29	23	8	10	457			
	Ofícios expedidos - pedido de endereço de eleitores	63	51	74	155	58	76	76	66	80	104	85	81	969			
	Formulário de cadastramento no SIEL	59	96	158	117	99	172	117	101	122	96	69	67	1273			
	Certidões Criminais Eleitorais expedidas	5	17	12	19	7	10	38	18	19	26	61	21	253			
	Cursos oferecidos a servidores	0	0	0	0	3	0	0	1	2	1	0	2	9			
	Informações	37	37	69	21	25	47	35	24	11	20	37	33	396			
	Memorandos do Assessor	0	0	1	5	2	4	3	2	2	3	2	2	26			
	Gerenciamento de chamados	30	49	50	107	38	48	86	37	43	17	20	13	538			
	Gestão de sistemas processuais	3	1	2	0	2	1	2	0	2	1	1	4	19			
Cadastro no BNMP	0	1	0	7	8	3	0	3	0	6	2	5	35				
Testes e simulados realizados	1	0	1	7	5	1	0	4	5	1	2	3	30				